

Sujeitos em privação de liberdade pela ótica da Ciência da Informação: estudo sobre a produção científica em base de dados nacional e internacional da área

Subjects in deprivation of liberty from the perspective of Information Science: study on scientific production in national and international database of the area

Francisca Liliana Martins de Sousa

Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil.
Bibliotecária da Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil.
E-mail: liliana-martins2011@hotmail.com

Virgínia Bentes Pinto

Doutora em Sciences de l'Information et de la Communication pela Université Stendhal, França.
Professora Titular da Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil.
E-mail: vbentes@ufc.br

Maria Giovanna Guedes Farias

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Brasil.
Professora Adjunta no Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil.
E-mail: mgiovannaguedes@gmail.com

Resumo

Apresenta resultados de pesquisa cujo objetivo é identificar por meio da revisão integrativa como a temática sujeitos em privação de liberdade está inserida nas pesquisas da Ciência da Informação (CI) através de uma busca nas bases de dados nacional Brapci e internacional Lisa, considerando a complexidade da realidade carcerária, e a importância da ciência para a compreensão dos fenômenos sociais desta natureza. A metodologia de análise foi a revisão integrativa, seguindo seis etapas estabelecidas: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos resultados; e apresentação da revisão/síntese do conhecimento. Realizou-se ainda um levantamento bibliográfico em duas bases de dados: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e Library & Information Science Abstracts (Lisa). A análise foi definida a partir de duas categorias, questões de aspectos gerais e questões de aspectos temáticos - essa última foi analisada por meio do software livre de análise qualitativa Iramuteq. Os resultados demonstram que na Brapci não há praticamente literatura referente à temática, a maior parte dos artigos foram recuperados na Lisa. Concluímos que a temática a nível internacional já é discutida a longo prazo e que a biblioteca prisional é uma abordagem recorrente. Desse tema, derivam outros como: análise dos serviços de referência nas prisões, estudo das necessidades de informação, estudo do comportamento informacional e implementação de projetos no cárcere, revelando a diversidade de abordagens.

Palavras-chave: Sujeitos em privação de liberdade. Biblioteca prisional. Revisão integrativa. Ciência da Informação. Bases de dados – BRAPCI – LISA.

Abstract

It presents research results whose objective is to identify through integrative review how the subject theme subjects in deprivation of freedom is inserted in information science (IC) research through a search in the national Brapci and Lisa international databases, considering the complexity of the prison reality, and the importance of science for understanding the social phenomena of this nature. The analysis methodology was the integrative review, following six established steps: identification of the theme and selection of the research question; establishment of inclusion and exclusion criteria; identification of pre-selected and selected studies; categorization of the selected studies; analysis and interpretation of the results; and presentation of the review/synthesis of knowledge. A bibliographic survey was also carried out in two databases: Reference Database of Journals in Information Science (Brapci) and Library & Information Science Abstracts (Lisa). The analysis was defined from two categories, questions of general aspects and questions of thematic aspects - the latter was analyzed through the free software of qualitative analysis Iramuteq. The results show that in Brapci there is virtually no literature on the subject, most of the articles were recovered in Lisa. We conclude that the issue at international level is already discussed in the long term and that the prison library is a recurrent approach. From this theme, others derive as: analysis of reference services in prisons, study of information needs, study of informational behavior and implementation of projects in prison, revealing the diversity of approaches.

Keywords: Subjects in deprivation of liberty. Prison library. Integrative review. Information Science. Databases – BRAPCI – LISA.

1. Introdução

No Brasil, a inserção dos sujeitos encarcerados na agenda de pesquisas da Ciência da Informação (CI) e em suas áreas correlatas ainda pode ser considerada incipiente. No entanto, no âmbito internacional, o campo há tempos discute esse universo de dualidade das prisões, que exclui para “reintegrar”, como retratado por Genevieve Casey (1955) na publicação *the library goes to prison*.

As discussões sobre a temática são fundamentais para que sejam adotadas medidas que resultem na melhoria da complexa realidade carcerária. Assim, a ciência tem um papel fundamental para compreender e buscar soluções para esses fenômenos sociais que afligem a sociedade. A problemática que envolve o sujeito na prisão é uma situação que a cada dia torna-se mais preocupante devido ao crescimento constante da população carcerária no mundo.

Diante desse cenário, busca-se possíveis causas e soluções em diversos campos do conhecimento, principalmente nos pertencentes as ciências sociais, que têm desenvolvidos estudos para e com esses sujeitos encarcerados. Não é comum pensar em informação para esse grupo, há um certo consenso na sociedade de que a perda da liberdade também resulta em perdas de direitos e garantias. No entanto, as pessoas nas prisões não deixam de produzir, usar e disseminar informações. Diante disso, a CI pode cooperar no desenvolvimento de pesquisas e

ações de informação que venham a contribuir para a melhoria da condição de vida do sujeito na prisão, possibilitando a eles novas perspectivas para o retorno ao convívio social.

Observando-se essa realidade questionamos: como a literatura científica da área de Ciência da Informação está abordando os sujeitos em privação de liberdade, considerando a complexidade da realidade carcerária, e a importância da ciência para a compreensão dos fenômenos sociais desta natureza?

Visando responder esse questionamento, traçamos como objetivo desta pesquisa, identificar por meio da revisão integrativa, como a temática sujeitos em privação de liberdade está inserida nas pesquisas da CI, conforme busca realizada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e Library & Information Science Abstracts (LISA). Conforme Torracó (2005, p. 356), a revisão integrativa da literatura “é uma forma de pesquisa que analisa, critica e sintetiza a literatura representativa sobre um tópico de maneira integrada, de modo que novas estruturas e perspectivas sobre o tópico sejam geradas”.

2. Inclusão social no contexto prisional

Dos diversos problemas sociais enfrentados no Brasil, o encarceramento tem se revelado um desafio de difícil solução que se perpetuou ao longo do tempo no país. O crescimento constante dessa população resultou em um sistema prisional superlotado, sem condições de propiciar aos sujeitos reclusos uma estrutura digna de sobrevivência.

Falar de inclusão para sujeitos encarcerados soa utópico diante da realidade enfrentada nos estabelecimentos penais brasileiros, onde são submetidos a tratamento desumano que fere os princípios constitucionais, conforme salienta Thompson (2002, p. 73), as pessoas nas prisões são submetidas a “agressões, ataques e abusos de toda ordem”. Corroborando com o exposto, Assis (2007) aponta que diversos direitos são desrespeitados, inclusive com a prática de torturas e agressões físicas contra os sujeitos encarcerados. Além disso, o sujeito que adentra ao universo da prisão carrega um estigma imposto pela sociedade que dificulta o seu retorno ao convívio social, a condição de ter sido presidiário incute um descrédito social, o rótulo da condenação permanece mesmo depois de ter cumprido a pena imposta pelo crime cometido. A exclusão social que seria determinada pelo tempo de reclusão, torna-se permanente devido ao preconceito que a sociedade impõe a esse sujeito.

Nesse sentido, Goffman (1987) destaca que ao sair da ‘instituição total’ como foi denominada as prisões pelo autor, o indivíduo é marcado pelo estigma de ex-presidiário, e assim, é percebido sob ângulos preconceituosos, que o diferencia dos demais sujeitos. Com isso, a inclusão social dessas pessoas torna-se um processo complexo.

Inclusão social para as pessoas encarceradas seria garantir os direitos assegurados por lei e uma prisão que possibilite a dignidade da pessoa humana, inversamente proporcional ao que acontece atualmente, onde conforme Machado e Guimarães (2014) a assistência à saúde, a higiene pessoal e alimentação são fornecidas precariamente, não sendo assegurado aos sujeitos os direitos mínimos. Para que essa realidade seja alterada é preciso investimento governamental, que sejam instituídas políticas públicas para esses indivíduos, além de conscientização e ações da sociedade civil para que se inicie um processo de mudança, uma reintegração efetiva. No entendimento de Baratta (1990) é preciso uma ampla participação da sociedade para discutir a problemática do cárcere e da reintegração social. Para o autor, esse processo não deve ficar restrito a pessoa do presidiário, mas deve ser uma relação constante entre prisão, sociedade e o preso.

Diversas pesquisas realizadas em áreas do conhecimento como Direito, Sociologia, Serviço Social, Psicologia, dentre outras, tem impetrado estudos com foco nessa realidade do cárcere, com vistas a compreender e propor ações que ajudem o indivíduo preso no retorno à sociedade, a denominada “ressocialização” prevista na Lei de Execução Penal brasileira (1984) e que, diante das condições impostas no cárcere não consegue ser concretizada na prática.

Ao pesquisar a literatura da CI brasileira, percebemos que ainda não há um número expressivo de pesquisas desenvolvidas, que incluem uma abordagem voltada para a população carcerária. Contudo, se considerarmos a inclusão da temática no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação ocorrido em 2017, com o grupo de trabalho sobre biblioteca prisional, percebemos que aos poucos as pesquisas sobre a temática ganham um maior espaço na área. Portanto, ao considerar a informação como um constructo social, temos então um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas, que ancorados em suas áreas correlatas pode ampliar as discussões sobre a temática e contribuir para a melhoria no cárcere.

Quando entendemos, que a informação é um fenômeno social que emerge das interações, comportamentos, ações e da significação, percebemos que o sujeito é um ser informacional em qualquer comunidade, e que esse fenômeno é passível de ser estudado pela CI, nesse sentido, González de Gómez (2003, p. 32) afirma que:

[...] enquanto “informação” for definida por ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem [...] o que se denomina informação constitui-se a partir das formas culturais de semantização de [...] experiência do mundo e seus desdobramentos em atos de enunciação, de interpretação, de transmissão e de inscrição.

Nessa perspectiva a autora destaca o contexto social da informação e por conseguinte da CI, o que amplia o seu escopo de atuação para os mais variados cenários informacionais. Desse modo, a Ciência da Informação pode favorecer a inclusão social dos sujeitos em privação de liberdade por meio de diversos enfoques, desde a mediação da informação visando promover a apropriação e construção do conhecimento, da mediação da leitura com vistas à formação de leitores ou ainda a gestão e dinamização do acervo, práticas essas que são materializadas no oferecimento de serviços, produtos e ações de informação em geral visando atender as necessidades informacionais desses sujeitos no cárcere. Todas essas possibilidades podem ser viabilizadas nesse ambiente de informação por meio da biblioteca prisional e do bibliotecário, atuando para minorar a problemática vivenciada pelo sujeito no cárcere, contribuindo para a redução das desigualdades e para o favorecimento da inclusão social desses indivíduos.

3. Metodologia

O delineamento metodológico da pesquisa caracteriza-se como exploratório, que conforme Gil (1991) permite a análise de uma determinada realidade com o objetivo de ensejar uma maior compreensão da temática. Quanto a abordagem, é definida como quanti-qualitativa, que resulta da combinação de análise estatística com a interpretação dos fenômenos observados (SAMPIERI, 2006; BARDIN, 2009).

Ademais, a pesquisa é norteada pela revisão integrativa, que conduziu o levantamento dos documentos que balizaram esse estudo. A revisão integrativa é um dos métodos da revisão bibliográfica sistemática, assim como, meta análise, revisão sistemática e revisão qualitativa. Esses tipos de revisões são realizadas para responder a uma pergunta específica e caracteriza-se pelo uso de métodos claros e sistemáticos (CASTRO, 2006).

Assim, analisa a literatura produzida sobre uma determinada temática de pesquisa e apresenta uma síntese sobre o conhecimento e aplicabilidade dos resultados obtidos. Conforme Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão bibliográfica integrativa consiste na:

[...] construção de uma análise ampla da literatura, contribuindo para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre a realização de futuros estudos. O propósito inicial deste método de pesquisa é obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores. (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008, p. 760).

Entendemos portanto, que a revisão integrativa permite reunir e resumir o conteúdo científico produzido sobre o tema pesquisado, possibilitando a busca, a avaliação e sintetização dos dados disponíveis. Assim sendo, Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 103) asseveram que essa metodologia “proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática.” Ainda sobre as possibilidades inerentes a revisão bibliográfica integrativa dispõe-se que:

A síntese do conhecimento, dos estudos incluídos na revisão, reduz incertezas sobre recomendações práticas, permite generalizações precisas sobre o fenômeno a partir das informações disponíveis limitadas e facilita a tomada de decisões com relação às intervenções que poderiam resultar no cuidado mais efetivo e de melhor custo/benefício. (STETLER *et al.*, 1998, p. 196).

Para realizar a revisão integrativa existem etapas que devem ser seguidas para garantir o respaldo da pesquisa, são elas: a) Identificação do tema; b) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de estudos; c) Avaliação dos estudos; d) Categorização das informações; e) Interpretação dos resultados; f) Apresentação da revisão. (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p. 129).

A **primeira etapa** consiste na identificação do tema, essa etapa envolve a formulação da(s) pergunta(s) norteadora(s), definição das bases de dados, dos descritores e as estratégias de buscas a serem realizadas. Desse modo, definimos como questão norteadora, identificar por meio da revisão integrativa, como a temática sujeitos em privação de liberdade está inserida nas pesquisas da CI conforme busca realizada nas bases de dados nacional Brapci e internacional Lisa.

Com o objetivo de responder à questão formulada, e em conformidade com a primeira etapa da revisão integrativa selecionamos as bases de dados Lisa e Brapci. A escolha dessas bases se deve ao entendimento de que contemplam publicações nacionais e internacionais da CI, que permitem observar como a produção da temática abordada está representada em âmbito nacional e internacional.

Na **segunda etapa** da pesquisa estabelecemos os critérios de inclusão e exclusão conforme o método recomenda. Com isso, os critérios de inclusão estabelecidos foram: 1 – Presença de um dos descritores no título, resumo ou palavras-chave; 2 – Artigos completos e

resumos; 3 – O resumo precisa conter todo o percurso da pesquisa; 4 – Qualquer idioma. Quanto aos critérios de exclusão foram definidos assim: 1 – Ausência dos descritores no título, resumo ou palavras-chave; 2 – Artigos que sejam duplicados/dentro da mesma base ou recuperado nas duas; 3 – Artigos com resumos que não apresentaram objetivo, metodologia, resultados e conclusões.

A **terceira etapa** consistiu na avaliação dos estudos pré-selecionados e selecionados. Por meio da análise desse material selecionamos as informações que serviram de base para o estudo, considerando aquelas que respondem aos objetivos da pesquisa. Mediante ao material selecionado, foi realizado a leitura e recuperados dados como: título, autoria, local de publicação, título do periódico, palavras-chave. Para a **quarta etapa**, que compreende a categorização dos estudos, foram elaboradas as categorias para responder ao objetivo da pesquisa. Logo após a **quinta etapa** voltada para a análise e interpretação dos dados realizada de forma crítica pelos pesquisadores. Na **última etapa**, apresentação da revisão, houve a elaboração de síntese e os resultados obtidos. No próximo tópico apresentamos as três últimas etapas da revisão.

4. Descrição dos dados e análise dos resultados

A pesquisa bibliográfica nas bases de dados Lisa e Brapci ocorreu durante os meses de maio e junho de 2019. Não houve delimitação de período de publicação para as buscas, utilizamos os parâmetros estabelecidos nas respectivas bases de dados. Para delinear as buscas, os termos escolhidos foram: “prisioneiro” e “detento”, no idioma, português e inglês. Além disso, foram utilizados para os operadores booleanos AND (+) e OR (-), como explicitado no quadro 1.

Quadro 1 – Detalhamento da estratégia de busca

BASES DE DADOS	ESTRATÉGIA DE BUSCA	RESULTADO
Brapci	Campo (Todos os campos) = “prisoneiro” AND / OR “detento”	2
	Campo (resumo) = “prisoneiro” AND / OR “detento”	1
Lisa	Campo (Título) = “prisoner AND / OR “inmate” Documento: Journal Article Periódico: Acadêmico	98
	Campo (Assunto Principal) = “prisoner” AND / OR “inmate” Documento: Journal Article Periódico: Acadêmico:	92
	Campo (Resumo) = “prisoner” AND /OR “inmate” Documento: Journal Article Periódico: Acadêmico	221
	TOTAL	414

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Como detalhado no quadro 1, as buscas nas duas bases de dados resultaram em 414 registros recuperados. A base Lisa, conforme pode ser verificado, foi onde obtivemos um número expressivo de estudos durante a busca. Enquanto na Brapci, só conseguimos obter resultados em dois campos e recuperamos apenas três artigos. No entanto, cabe um complemento quanto às publicações obtidas na Brapci, verificamos que o sujeito em privação de liberdade é comumente retratado nos trabalhos contidos na base, a partir da ambiência ou do ambiente informacional, o que não resultou em maior recuperação com os descritores voltados para o sujeito. Constatamos 14 publicações que tratam de biblioteca prisional, mas somente três continham os descritores definidos para a pesquisa.

Ao término da busca, diante dos resultados obtidos nos artigos completos e resumos selecionados, iniciamos a próxima etapa, a seleção dos documentos recuperados conforme os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Devido a quantidade de registros recuperados, foi um processo que exigiu tempo e atenção durante a leitura técnica, principalmente pelo fato da diversidade de idiomas dos artigos. Encontramos duplicação de trabalhos entre as duas bases, e optamos por descartar o que estava contido na Lisa devido a quantidade de registros recuperado ser maior nessa base. Do mesmo modo, obtivemos muitas duplicações ou mesmo

triplicações de artigos na Lisa, dos 414 artigos e resumos pré selecionados foram excluídos 195, restaram assim 219.

Continuamos a leitura técnica, e outro fator que resultou em muitas exclusões foi o resumo muito sintético, 168 dos 219 artigos não incluíam todos os elementos estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que são: objetivo, metodologia, resultados e conclusões. Assim, não permitia obter um panorama geral das discussões tratadas no estudo. Ao final da análise, a amostra que atendeu aos critérios estabelecidos para a pesquisa resultou em 51 artigos. Ao concluir a seleção dos registros, a próxima etapa foi uma leitura crítica para estabelecer as categorias, para a apresentação dos dados e análise, como preconiza as etapas da revisão integrativa. Diante disso, estabelecemos duas categorias: a) questões de aspectos gerais; b) questões de aspecto temático - nesta utilizamos o software livre Iramuteq que é utilizado para análise de conteúdo, lexicometria e análise do discurso.

Na categoria **questões de aspectos gerais** foram explicitados os dados encontrados na amostra quanto aos aspectos dos periódicos que mais publicaram, autores e países. Antes de iniciar, salientamos, que dos 51 registros obtidos, quatro estavam escritos no idioma português, sendo três recuperados na Brapci e dois na Lisa, outros cinco estavam escritos do idioma Espanhol, e os demais 42 estavam escritos no idioma inglês. Diante disso, traduzimos para o idioma português.

Como foi possível verificar no quadro 1, que especificou a estratégia de busca, a maioria dos registros foram obtidos na base de dados Lisa, a pesquisa na Brapci resultou em apenas três artigos para a amostra. Com isso, apresentamos os periódicos que contribuíram para a composição da amostra da pesquisa conforme o quadro 2.

Quadro 2 – Periódicos

PERIÓDICOS	ARTIGOS/TOTAL
Library Trends	10
Journal of Librarianship and Information Science	5
IFLA Journal	2
Informação & Sociedade	2
BiD: Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació	2
Information Studies	1
Journal of the Australian Library & Information Association	1

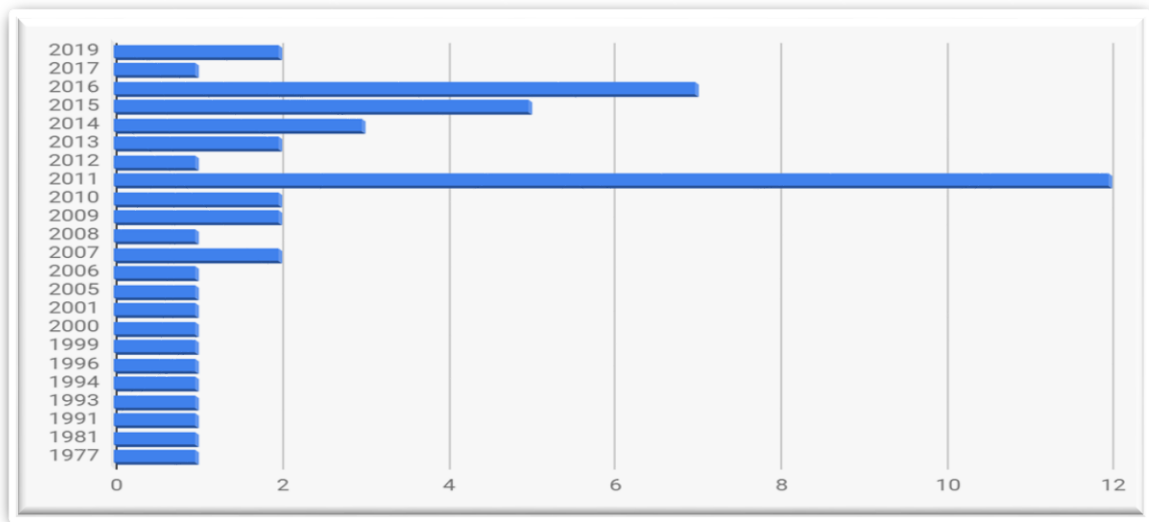
Progressive Librarian	1
JLIS.it	1
Journal of the American Society for Information Science	1
Revista Interamericana de Bibliotecología	1
Enl@ce: Revista Venezolana de Informacion, Tecnologia y Conocimiento	1
Reference & User Services Quarterly	1
Anales de Documentacion	1
Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	1
Journal of Education for Library and Information Science	1
Ci.Inf	1
Library Philosophy and Practice	1
Library and Information Research News	1
Library Review	1
PNLA, Quartely	1
Library + Information Update	1
Information Development	1
Library and Information Research News	1
International Journal of Knowledge Society Research	1
Genders	1
Journal of Information Science and Technology Association	1
Reference & User Services Quarterly	1
KWAZNAPLIS	1
Library Philosophy and Practice	1
Bibliotek 70	1
Informacion, Cultura y Sociedad	1
Scandinavian Public Library Quarterly	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os periódicos que mais contribuíram para a pesquisa foram *o Journal of Librarianship and Information Science* e *o Library Trends*, o primeiro com cinco e segundo com dez artigos sobre a temática. Ao todo foram 33 periódicos, sendo que em 28 desses foi recuperado apenas um artigo. Quanto ao destaque da *Library Trends*, uma revista científica da Universidade Johns Hopkins, em Baltimore nos Estados Unidos, percebemos durante a pesquisa que em 2011 o

periódico trouxe um número dedicado especificamente à temática do sujeito na prisão, o que contribuiu para o seu destaque quanto ao total de artigos publicados em relação aos outros periódicos. Desse modo, o ano de 2011 figurou como o que mais gerou publicações sobre a temática, conforme apresentado do gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição dos registros por ano



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Conforme observamos no gráfico 1, o ano mais representativo na amostra obtida foi 2011, reflexo do resultado mostrado anteriormente no quadro 2, da edição especial do periódico *Library Trends*. É válido destacar também, a data do primeiro registro obtido compatível com os critérios de inclusão e exclusão determinados na pesquisa, que data de 1977, isso revela que no âmbito internacional a questão é discutida há tempos. É importante salientar, que entre nos artigos descartados por não atenderem aos critérios estabelecidos havia alguns anteriores a essa data.

Nessa categoria de análise, destacamos os principais autores que contribuíram para a composição da amostra selecionada. Ao organizar os dados em tabela para realizar a análise textual mais aprimorada, constatamos que havia 38 registros de autores diversos. Entretanto, foram recuperados registros de autores com mais de uma publicação sobre o tema, como detalhado no quadro 3.

Quadro 3 – Registros dos autores que mais publicaram na amostra selecionada.

AUTOR	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO TRADUZIDA	ANO
PEREZ PULIDO, Margarita	1- Serviços de bibliotecas nas prisões espanholas: atual situação dos negócios.	2011
	2- Programas de promoção da leitura nas prisões espanholas.	2010
	3- Prática de palestras prisionais: um estudo das atitudes comportamento dos prisioneiros na penitenciária Central de Badajoz.	2001
LJØDAL, Hilde Kristin	1- Bibliotecas de prisão, o caminho escandinavo: uma visão geral do desenvolvimento e operação dos serviços de biblioteca penitenciária.	2011
	2- Bibliotecas de prisão: uma contribuição para a punição que funciona?	2009
LEHMANN, Vibeke	1- Desafios e realizações nas bibliotecas da prisão dos EUA.	2011
	2- Bibliotecários prisionais necessários: uma carreira desafiadora para aqueles com as habilidades profissionais e humanas certas	2000
DRABINSKI, Emily; RABINA, Debbie	1- Serviços de referência para pessoas encarceradas, parte I: temas que emergem da resposta a perguntas de referência de prisões e cadeias.	2015
	2- Serviços de referência para pessoas encarceradas, parte II: fontes e resultados de aprendizagem.	2015
EZE, Jacintha Ukamaka	1- Necessidades de informação dos prisioneiros nas prisões do sudeste da Nigéria.	2016
	2- Problemas e perspectivas de fornecer serviços de biblioteca e informação aos prisioneiros na Nigéria.	2015
STEVENS, T.	1- O papel da biblioteca carcerária no processo de reforma e reabilitação.	1991
	2- Necessidades de informação dos reclusos: um estudo de três estabelecimentos penais.	1994

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

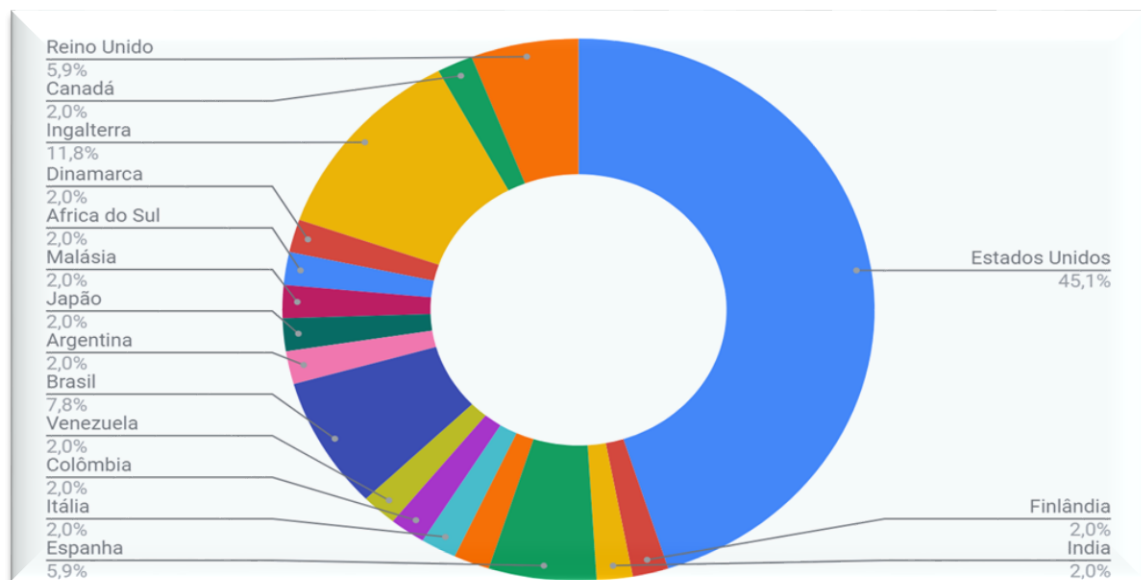
No quadro percebemos que a primeira autora teve três registros selecionados, enquanto os demais somam dois. Pérez Pulido (2001; 2010; 2011) é professora titular da Universidad de Extremadura na Espanha, do departamento de Información y Comunicación. Além desses trabalhos citados na amostra ainda tem outras publicações sobre bibliotecas prisionais. Em sua

pesquisa, trabalha as temáticas das bibliotecas públicas, universitárias e especiais, que é o caso da biblioteca no contexto prisional.

Outra autora que muito contribuiu com pesquisas para o acesso, a leitura e a informação no universo da prisão é Lehmann (2000; 2011) que coordena o serviço bibliotecário do Departamento de Correição de Madison nos Estados Unidos onde administra 29 bibliotecas prisionais. Possui diversos trabalhos publicados nessa temática, inclusive é coautora do manual de orientações para serviços de bibliotecas para reclusos da *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)*. Diante disso, não é surpresa encontrar os trabalhos dessas autoras figurando entre os destaques para a temática do usuário da informação em privação de liberdade.

Para finalizar essa categoria apresentamos os dados coletados sobre os locais de publicação dos 51 registros obtidos, esse dado é relevante para identificar como está a discussão nos diversos países, considerando que a base de dados Lisa tem abrangência a nível mundial. O gráfico 2 mostra a distribuição da amostra selecionada para esse estudo em relação ao local de publicação.

Gráfico 2 – Distribuição dos registros por local de publicação



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Diante da análise do gráfico 2, encontramos os Estados Unidos com 45% das publicações. A preocupação em discutir a questão do indivíduo encarcerado está em voga há mais de 50 anos conforme os estudos apontam talvez se deva ao fato de o país liderar o ranking dos países com maior população prisional no mundo. No entanto, os serviços de informação

nos estabelecimentos penais americanos estão mais desenvolvidos do que os outros dois países que dividem o pódio no quesito de maior população prisional, que no caso são China e Brasil. Em relação à China há uma estrutura política da falta de liberdade de expressão e autoritarismo, que deve influenciar nesse contexto. No Brasil, também temos uma estrutura política que não há investimento, as verbas, quando existem, para esse ambiente são usadas para a construção de novos presídios.

Outro fator que pode impactar nessa soberania de publicação nos Estados Unidos é que, muitas pesquisas são realizadas em outros países, mas acabam sendo publicadas em periódicos americanos. Observamos uma diversidade de países que estão inserindo em seu contexto de pesquisas o indivíduo preso, assim como no Brasil estamos começando a ampliar as pesquisas em Biblioteconomia e CI. É um quadro que não mudará repentinamente, mas paulatinamente o número de publicações nessas áreas do conhecimento começa a aumentar.

Na categoria **questões de aspecto temático** trazemos 51 registros que compõem a amostra dessa pesquisa. Com a leitura das publicações percebemos que o tema do sujeito preso discutida na amostra selecionada está imersa na discussão da biblioteca prisional, e dessa vertente deriva-se outros direcionamentos que serão apresentados no decorrer dessa categoria. Para demonstrar essa relação indissociável da biblioteca e do sujeito nas prisões, apresentamos essa análise feita no software Iramuteq por meio da nuvem de palavra utilizando os resumos dos artigos.

Figura 1 – Nuvem de palavra produzida dos 51 registros no Iramuteq

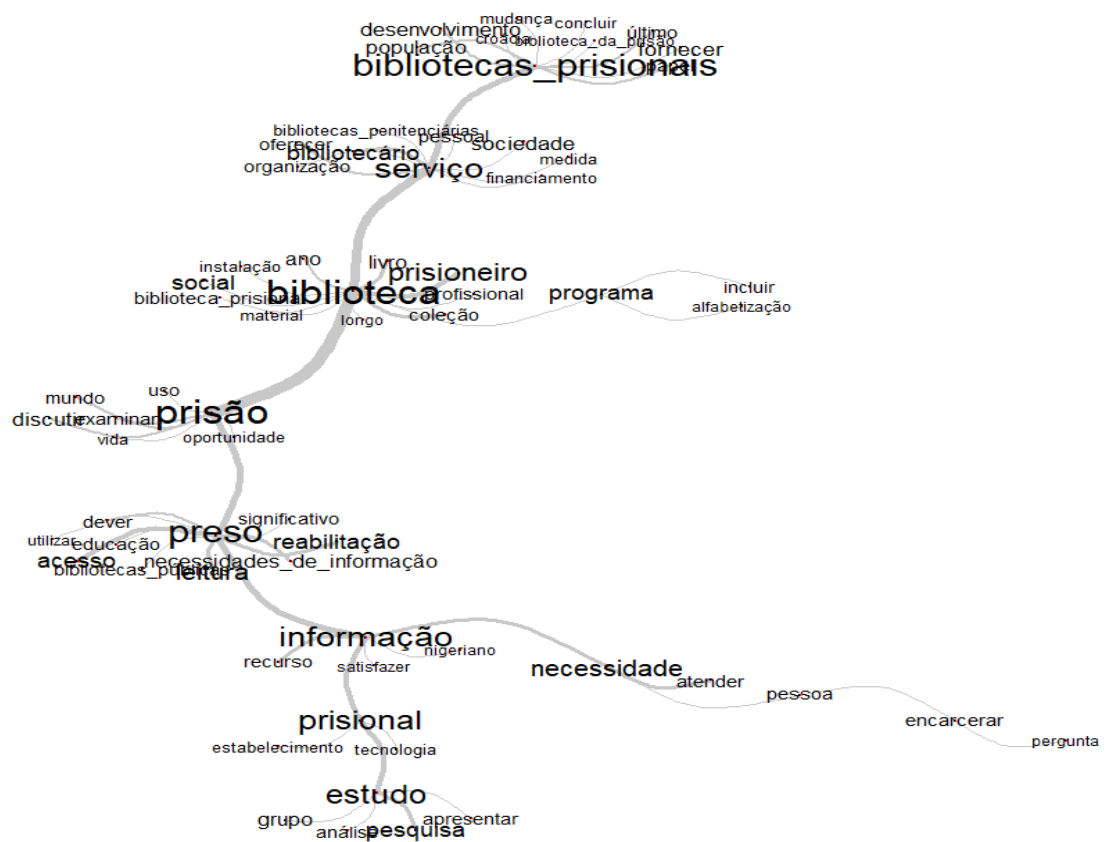


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Ao analisar a figura 1, percebemos nitidamente a relação entre biblioteca, prisão, preso, informação e bibliotecas prisionais - palavras que foram automaticamente destacadas na nuvem por sua repetição entre os textos utilizados. Notamos que os registros mostram o sujeito preso como alguém que precisa de leitura, de acesso à informação, que tem necessidade de informação, que a biblioteca prisional precisa do bibliotecário e que o serviço de biblioteca contribuiria para a reintegração social. Outra questão evidenciada, é a variação do termo entre os autores, são citadas, biblioteca prisional, bibliotecas prisionais e biblioteca penitenciárias. O uso do *underscore* nos termos compostos foi devido ao Iramuteq não reconhecer esses termos sem o emprego desse artifício.

Por meio da análise de similitude do mesmo software, podemos verificar as semelhanças e as diferenças nos textos mediante a proximidade ou afastamento dos termos dispostos na árvore, como pode ser visualizado na figura 2.

Figura 2 – Análise de similitude do Iramuteq



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Conforme visualizamos na figura 2, os textos analisados são similares ao descrever que a biblioteca prisional deve promover o desenvolvimento da população prisional, ramificando-

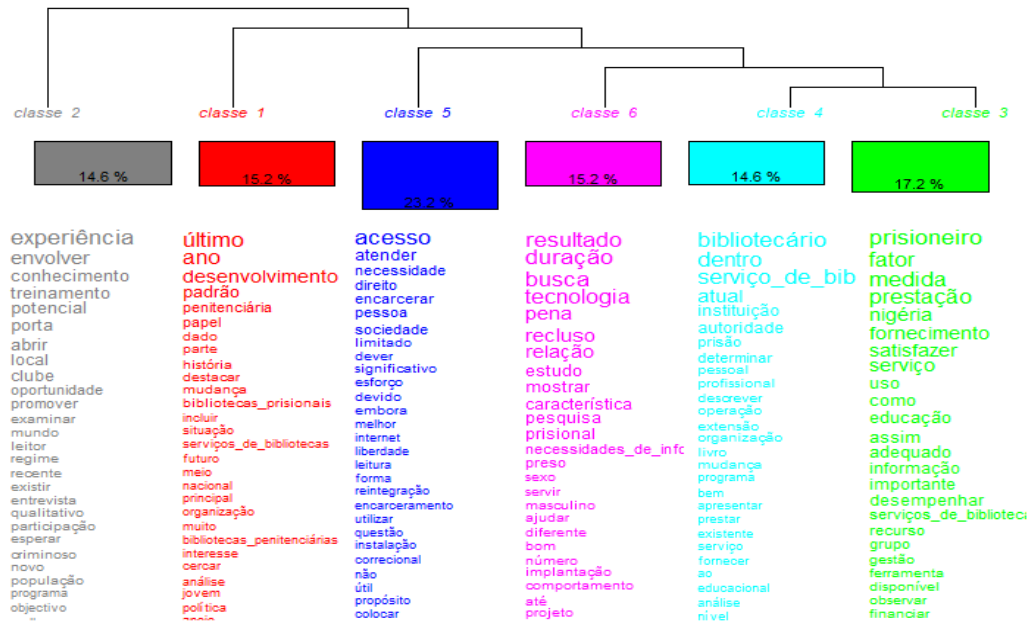
se para o serviço que deve ser prestado pelo bibliotecário e que é necessita de financiamento para que a biblioteca prisional funcione efetivamente. Observamos que nesses dois tópicos do início da árvore não há termos que se afastem, eles estão todos no mesmo eixo de similitude. Realmente, essas são bandeiras defendidas por todos os artigos analisados para que o serviço da biblioteca possa propiciar mudanças no conhecimento do indivíduo encarcerado.

No terceiro tópico da árvore que trata da biblioteca, notamos que os textos apontam que é preciso uma coleção adequada aos prisioneiros, que é fundamental a existência de programas específicos, mas aqui já há um afastamento entre biblioteca e programas o que demonstra a ausência de programas educacionais específicos para essa população, e que, na maioria dos países a biblioteca não desenvolve o papel de inclusão e alfabetização, diferindo da realidade apresentada em alguns artigos analisados, que mostram os serviços de bibliotecas prisionais de países como a Noruega e Inglaterra onde as bibliotecas prisionais conseguem desenvolver plenamente a sua função.

Em relação à prisão, ela deve discutir e proporcionar oportunidade para os presos retomarem à vida em sociedade, isso deve ser impetrado por meio da educação, da leitura, do acesso a bibliotecas que precisam suprir as necessidades de informação dos presos e possibilitar a reinserção social. O acesso à informação é chave para satisfazer as necessidades informacionais da pessoa encarcerada. No entanto, percebemos o distanciamento da pessoa encarcerada da informação, assim como, do estudo e da tecnologia no estabelecimento prisional. Nesse caso, mostra que os textos que tratam de acesso à tecnologia no sistema prisional diferem dos demais.

Para finalizar a análise dos dados, apresentaremos as abordagens destacadas pela análise do Iramuteq, onde ele determina através da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) que divide em classes os dados analisados e gera um dendograma com as divisões efetuadas. A partir de cálculos estatísticos realizados pelo software nos itens lexicais presentes nos segmentos de textos inseridos que tratam da inserção do sujeito em privação de liberdade no escopo de pesquisas da CI, obtivemos os resultados que estão apresentados no gráfico 3.

Gráfico 3 – Análise da Classificação Hierárquica Descendente - Iramuteq



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Com base nas seis classes definidas pela análise do Iramuteq, e de posse da análise dos textos, definimos uma nomeação para as respectivas classes. Para tanto, seguimos a ordem da esquerda para a direita na interpretação e categorização dos dados. Assim, a **classe 2** (“Reintegração social”) ramifica-se para a **classe 1** (“Desenvolvimento da biblioteca prisional”) que subdivide a **classe 5** (“Suprir as necessidades de informação”) que ramifica-se para a **classe 6** (“Mudanças implementadas na prisão) que subdivide-se nas duas classes seguintes, a **classe 4** (“Atuação do bibliotecário”) e a **classe 3** (“Serviços de biblioteca para prisioneiros”).

Diante do contexto apresentado pela análise, temos as principais abordagens tratadas pelos artigos que formam a nossa amostra. Desse modo, especificaremos cada uma dessas abordagens com base na análise dos registros obtidos.

Quanto à reintegração social, os textos que abordam esse quesito são unânimes quanto à importância da biblioteca para uma reintegração do indivíduo preso, são usados também os termos socialização e reabilitação, para tratar da necessidade de que os estabelecimentos penais possam favorecer o retorno ao convívio social de forma efetiva. Essa é uma discussão recorrente nos trabalhos que abordam o sujeito na prisão, é uma mudança no paradigma das prisões, que foram estabelecidas de maneira geral no mundo com a função de excluir o infrator da sociedade. Com a ineficiência desse sistema, notou-se que para além de prender é preciso pensar o retorno desse indivíduo a sociedade liberta.

Sobre o desenvolvimento das bibliotecas prisionais, o que verificamos nos textos é uma disparidade enorme entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Vários autores trouxeram estudos comparativos do funcionamento das bibliotecas nas prisões, e revelaram que nos países como Reino Unido, Estados Unidos, Dinamarca, Noruega, Inglaterra, dentre outros, que conseguem ter bibliotecas nas prisões que atuam com qualidade na assistência ao preso. Mas, para que essa realidade fosse possível, foi necessário investimento público, parcerias entre associações de bibliotecas, associações de direitos humanos, cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas prisionais e profissionais qualificados para gerir essas bibliotecas. Enquanto isso, nos países que não dispõem dessa estrutura, as bibliotecas “funcionam” sem as mínimas condições, não cumprindo a sua função social. Essa é uma realidade vivenciada em muitos países, inclusive no Brasil, onde em muitos estabelecimentos penais não existe biblioteca.

Os estudos que abordaram a necessidade de informação do sujeito na prisão, incutem a biblioteca o papel essencial de atender essas demandas, principalmente as que estão relacionadas à educação, direitos legais, psicológicas, profissionais e social. Alguns autores ainda destacam que a prisão pode gerar um universo informacional paralelo, onde a circulação, produção e disseminação dessas informações ficam restritas aos próprios sujeitos encarcerados, ou seja, às vezes, eles valorizam mais a informação obtida no ambiente prisional pelo sujeito que está inserido no mesmo meio, do que as informações trazidas por indivíduos de fora das prisões, isso foi detectado em pesquisas que estudaram o comportamento informacional em ambiente prisional. Entretanto, a maioria dos estudos consideram que as necessidades informacionais dos presos precisam ser supridas, para que possam ter novas perspectivas e não percam o contato com o mundo exterior. Trazendo para a realidade brasileira, quando tratamos de necessidade educacional e profissional das pessoas presas, percebemos que a maioria tem baixa escolaridade e não possui uma profissão, se para essas pessoas já era difícil trabalhar antes de enveredar para a criminalidade, após isso, essa dificuldade é ampliada diante do estigma que é incutido ao ex-presidiário. É necessário oferecer aqueles que desejam, a possibilidade de estudar e capacitar-se para a reintegração social.

A mudança na estrutura prisional é destacada nas pesquisas mediante a cooperação, muitos apresentam ou sugerem parcerias entre as bibliotecas públicas e as prisionais, especialmente em países que a biblioteca na prisão não consegue atender as necessidades dos presos, a biblioteca pública seria um substrato importante para melhorar as ações nesse ambiente. Para alguns autores é necessário que nas prisões possa haver acesso às tecnologias

da informação e comunicação, que ajudaria na aprendizagem dos presos e capacitaria o sujeito para o seu retorno à sociedade. Essa perspectiva é muito distante da realidade, principalmente quanto ao acesso à internet, pois no ambiente prisional as restrições são muitas. Assim, exigiria todo um planejamento para o uso das tecnologias da informação e comunicação no ambiente prisional.

A atuação do bibliotecário na prisão é uma questão discutida nos textos. Nos países onde a biblioteca é efetiva a presença do bibliotecário é real. No entanto, todos os estudos que apresentam a biblioteca como não dispo de meios necessários para atuar em prol da melhoria do indivíduo no cárcere, apresentam a falta do bibliotecário na biblioteca. O sistema prisional de muitos países assim como o Brasil, não contemplam no seu quadro funcional o cargo de bibliotecário. Diante disso, fica inviável que a biblioteca possa atuar efetivamente sem a atuação do bibliotecário no ambiente prisional. Foi destacado ainda, a necessidade de preparação desse profissional para atuar nesse ambiente, em alguns países a parceria com associações e universidades resultou em cursos para os bibliotecários que desejavam atuar nesse ambiente. Ainda foi revelado a dificuldade de encontrar esse tipo de profissional que tenha interesse em atuar nas bibliotecas prisionais.

A atuação do bibliotecário nas prisões brasileiras ainda pode ser considerada insólita, mas existem outros profissionais que trabalham com a população carcerária, dentre eles professores, médicos, assistentes sociais, psicólogas, e etc. Então o bibliotecário seria mais um a contribuir com seu conhecimento para o desenvolvimento do sujeito na prisão. Porém, atuar nesse ambiente não é fácil e como foi verificado na análise dos artigos exige muito mais habilidades humanas do que profissionais.

Os serviços da biblioteca para as pessoas presas geraram diversas abordagens nos estudos analisados, que nos permitiu compreender diversas facetas como: a contribuição para a reintegração social, o gerenciamento desses serviços e projetos de serviço de referência, todos esses foram tratados na amostra selecionada para essa pesquisa. Observamos que os serviços de biblioteca estão amplamente ligados à educação, muitos projetos voltados para a aprendizagem, como o uso de filmes e séries para desenvolver conhecimento, projeto de incentivo à leitura, como trabalhar com os pais na criação de um livro que será presenteado aos filhos em um encontro dos pais com os mesmos na prisão. Desenvolvimento de cursos por correspondência e também um projeto de referência em parceria com o curso de Biblioteconomia de uma universidade, onde os alunos sob a orientação da professora da

disciplina de serviço de referência trabalhou com cartas enviadas pelos presos com solicitações de demandas de informações. As cartas eram avaliadas e dependendo da solicitação essas questões eram respondidas.

Outra discussão apresentada, foi sobre o acervo das bibliotecas nas prisões, que foi constatado nessas avaliações que as coleções eram inadequadas para as necessidades da pessoa encarcerada. Como verificamos, as possibilidades de desenvolver serviços para os indivíduos encarcerados são diversas, e esse serviço pode representar uma chance para um recomeço. Destarte, exige uma junção de esforços para que ocorra, não é somente o bibliotecário, envolve governo, administradores das prisões, parcerias com instituições e adesão da população carcerária.

5. Conclusão

Diante dos aspectos apresentados, por meio da análise das publicações que constituíram a amostra dessa pesquisa, observamos que a temática do sujeito informacional preso discutida no âmbito da CI e suas áreas correlatas não é recente, considerando que encontramos registros publicados há mais de 40 anos conforme foi apresentado no estudo. Verificamos ainda, que o tema é tratado por diversos periódicos da área, e que alguns autores têm ampliado seus estudos e contribuído para a expansão das pesquisas sobre a temática. Constatamos, que há uma predominância dessas pesquisas no campo internacional, fato evidenciado durante as buscas nas bases de dados, onde só recuperamos três registros na base de dados nacional, que correspondiam aos critérios de inclusão e exclusão considerados para essa pesquisa, mas ressaltamos que identificamos um número considerável de publicações que focam no ambiente informacional prisional, mesmo o sujeito fazendo parte deste ambiente o foco dos descritores estabelecidos era o destaque do indivíduo preso no título, no resumo ou nas palavras-chave, o que não foi encontrado em alguns dos artigos recuperados.

No quesito de local de publicação notamos uma hegemonia dos Estados Unidos, responsável por cerca de 45% das publicações selecionadas. Mas, foi possível obter um dado importante nesses estudos publicados nos Estados Unidos, muitos foram pesquisas realizadas em outros países, como Nigéria, Espanha, Japão, dentre outros. Outra questão interessante, é a diversidade de países onde a população carcerária tem despertado interesse de pesquisa, seja em países desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Em resposta ao questionamento da pesquisa, quanto às abordagens que retratam o sujeito nas pesquisas da CI, verificamos que o estudo sobre a biblioteca prisional é recorrente entre os pesquisadores, seja como forma de comparação entre as realidades inversas, ou como análise dos serviços prestados no ambiente prisional. Uma abordagem também muito presente é a necessidade de informação das pessoas nas prisões, e com isso são sugeridos serviços que venha suprir as demandas informacionais do sujeito no cárcere, nesse sentido, ainda foram encontrados estudos sobre o comportamento informacional das pessoas encarceradas. Também observamos nas pesquisas o foco na atuação do bibliotecário nas bibliotecas prisionais, os estudos consideram que esse profissional pode contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos em privação de liberdade.

A reintegração social das pessoas encarceradas também se destacou nas pesquisas, mas, sempre é condicionada a sua efetividade ao estabelecimento das condições necessárias, realidade ainda distante da vivenciada no Brasil. Aproximadamente 70% das pesquisas foram empíricas, e muitas delas resultaram em projetos desenvolvidos junto à comunidade em privação de liberdade.

Verificamos diante da quantidade de artigos encontrados na base de dados Lisa, a questão do sujeito informacional no sistema prisional tem gerado muitas discussões no campo da CI e áreas correlatas, e o intuito dessas pesquisas é contribuir para o desenvolvimento do sujeito encarcerado e possibilitar uma reintegração social efetiva.

Por fim, indicamos que a temática tem muitas vertentes que podem ser abordadas no contexto da CI, quais sejam: sujeito em privação de liberdade e as atividades de leitura, bibliotecas prisionais para inclusão de sujeitos em privação de liberdade, serviços e produtos de informação em ambientes prisionais, gestão da informação no contexto prisional, mediação da informação no contexto prisional, educação de sujeitos/usuários no contexto prisional, entre outros, estudos que poderão ampliar o escopo de pesquisa do campo e pode possibilitar o desenvolvimento social dos sujeitos em privação de liberdade.

Referências

- ASSIS, R. D. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Revista CEJ**, Brasília, v. 11, n. 39, p. 74-78, out/dez, 2007. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/revcej/article/view/949>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- BARATTA, A. **Ressocialização ou controle social**: uma abordagem crítica de “reintegração social” do sentenciado. Alemanha Federal: Universidade de Saarland, RFA, 1990. Disponível em: <http://danielafeli.dominiotemporario.com/doc/ALESSANDRO%20BARATTA%20Ressocializacao%20ou%20controle%20social.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm. Acesso em: 20 maio 2019.
- CASTRO, A. A. **Curso de revisão sistemática e metanálise**. São Paulo: LED-DIS/UNIFESP, 2006. Disponível em: <http://www.virtual.epm.br/cursos/metanalise>. Acesso em: 02 jun. 2019.
- CASEY, G. The library goes to prison. **ALA Bulletin**, New York, v. 49, n. 3, 1955.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987.
- GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. Escopo e abrangência da ciência da informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.
- LEHMANM, V. Prison librarians needed: a challenging career for those with the right professional and human skills. **IFLA Journal**, v. 26, n. 2, 2000.
- LEHMANM, V. Challenges and accomplishments in U.S. prison libraries. **Library Trends**, Maryland, v. 59, n. 3, p. 490-508, 2011.
- MACHADO, N. O.; GUIMARÃES, I. S. A realidade do sistema prisional brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**, Itajaí, v. 5, n. 1, p. 566-581, 2014.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758– 764, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

PÉREZ PULIDO. M. Prácticas de lectura en prisión: estudio de actitudes y comportamiento de los reclusos en el centro penitenciario de Badajoz. **Anales de documentación**, v. 4, p. 193-213, 2001.

PÉREZ PULIDO. M. Programs promoting reading in Spanish prisons. **IFLA Journal**, v. 36, n. 2, p. 131-137, 2010.

PÉREZ PULIDO. M. Library services in spanish prisons: current state of affairs. **Library Trends**, Maryland, v. 59, n. 3, p. 460-472, 2011.

SAMPIERI, R. H. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGrawHill, 2006.

SOUZA, T. S.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-45082010000100102&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 15 maio 2019.

STETLER, C. B. *et al.* Utilization focused integrative reviews in a nursing service. **Applied Nursing Research**, v. 11, n. 4, p. 195-206, nov. 1998.

TORRACO, R. J. Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. **Human Resource Development Review**, v. 4, p. 356 -367, 2005. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1011.5848&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

THOMPSON, A. **A questão penitenciária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

Artigo submetido em: 05 out. 2019
Artigo aceito em: 26 jul. 2020